

CONVITE

CONTRATO DE AQUISIÇÃO SERVIÇOS

(Artigo 20.º, alínea c) do Código dos Contratos Públicos)

CONSULTA PRÉVIA

Nos termos das disposições do artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as devidas retificações, doravante designado por CCP convida-se V. Ex.a a apresentar proposta para
"Aquisição de Serviços para a Elaboração do Processo de Reconversão das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal de Penouços (AUGI01/UOPG07) e Portela da Armada (AUGI08/UOPG13)".

1. Entidade adjudicante: Município de Amarante, pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, NIF 501102752, com sede na Alameda Teixeira de Pascoaes, cidade de Amarante.
2. Órgão responsável pela decisão: Presidente da Câmara da Câmara Municipal de Amarante, no exercício das competências conjugadas no artigo 18.º, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6 e artigo 35.º, n.º 1, al. f) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9.
3. Tipo de procedimento: Consulta Prévia, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, com fundamento no valor do contrato.
4. Documentos:
 - a) Declaração do concorrente a que se refere a alínea a) do n.º1 do artigo 57.º elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP, devidamente assinada pelo concorrente ou pelo representante legalmente autorizado;
 - b) Faseamento das prestações e dos pagamentos com indicação dos respetivos prazos e preço total, nos termos fixados no caderno de encargos;
 - c) Constituição integral da equipa de projeto por especialidade, incluindo do respetivo Coordenador de Projeto;
 - d) Cópia da Certidão Permanente do Registo Comercial, sendo a sua apresentação de caráter obrigatório, sob pena de exclusão.
 - e) Declaração de inexistência de impedimentos, conforme modelo Anexo ao presente convite, sendo a sua apresentação de caráter obrigatório, sob pena de exclusão.
5. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do CCP e assinados nos

termos do artigo 57º/4 do CCP e por assinatura eletrónica qualificada nos termos dos n.ºs 1 a 6 do artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

6. Os documentos devem ser apresentados de forma individual, em formato pdf, não editável, devendo ser aposta assinatura digital qualificada, em cada um dos documentos.
7. Prazo para apresentação da proposta: Até às 23h59m do **6.º dia** a contar da data da publicação do procedimento na plataforma acingov.
8. Modo de apresentação da proposta: A proposta e os documentos que a acompanham devem, nos termos do art.º 62.º do Código dos Contratos Públicos, ser enviados através da plataforma eletrónica para www.acingov.pt.
9. Critério de adjudicação: Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, considerando que as cláusulas do caderno de encargos são suficientemente precisas e inteligíveis do objeto do contrato, não podendo ser alteradas.
- 10 - O critério de desempate nos termos do n.º 4 do artigo 74.º do CCP é a elaboração de sorteio a realizar em data e hora a indicar e após a convocação expressa dos concorrentes.
- 11 - Caução: Não há lugar a prestação de caução, nos termos e de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do CCP.
- 12 - Prazo para apresentação de documentos:
 - a) O prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de **5 dias**, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP;
 - b) O prazo a conceder para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86º do CCP, é de **2 dias úteis**.
- 13 - A proposta apresentada não será objeto de negociação.
- 14 - O preço base é de **35.000,00 € (Trinta e cinco mil euros)**.
- 15 - Para formação do contrato, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código de Contratos Públicos (adiante designado de CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de Agosto;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;
- c) Apresentação de Registo Central de Beneficiário Efetivo atualizado, nos termos da Lei nº 89/2017, de 21 de Agosto

16 - Anexa-se Caderno de Encargos e elementos anexos.

ANEXO

MODELO DE DECLARAÇÃO (Declaração de inexistência de impedimentos)

....., titular do CC n.º,
NIF....., residente, na qualidade de
representante de, número de identificação fiscal,
com sede em....., declara, sob compromisso de honra e para efeitos do disposto no
artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº
4/2015, de 7 de janeiro, que, por si e pela sua representada, não é titular de órgãos da
Administração Pública ou seu agente, bem como de quaisquer outras entidades que,
independentemente da sua natureza, se encontre no exercício de poderes públicos, e
que, por essa razão, não possa intervir em procedimento administrativo ou em ato ou
contrato de direito público ou privado da Administração Pública, no caso promovido pelo
Município de Amarante, no âmbito do procedimento de contratação para (designação do
procedimento).

Mais declara que tem pleno conhecimento que a sua participação no procedimento, em
violação do disposto naquelas disposições legais, consubstancia a prática de um crime,
assim como a prestação de falsas declarações constitui contraordenação muito grave
conforme previsto no artigo 456.º alínea e), do CCP.

...(local), de (dia) de (mês) (ano)

(assinatura do representante através de certificado digital qualificado que relacione
diretamente o assinante com a sua função e poderes para obrigar a entidade
representada ou através de reconhecimento legal de assinatura com menções especiais)